
A ORALIDADE E A ESCRITA NA CONSTRUÇÃO DO SOCIAL

Raúl Iturra

Com este texto pretende-se mostrar como é etnocêntrico classificar dicotomicamente (como faz o mundo ocidental) culturas em ágrafas e letradas e, no interior destas últimas, categorizar os seus membros em alfabetos e analfabetos

Ao «fazer falar» uma velha fotografia encontrada em Vilatuxe na Galiza, ao ler e entender, através dela, toda uma época, demonstra-se que há muitas outras formas de comunicar e de lembrar para além da oralidade e da escrita

1. A questão

O debate tem sido longo. Todas as ciências sociais se têm ocupado em estudar materiais que os diferentes povos usam para aprender e para lembrar. E não há povo ocidental que hoje em dia não distinga entre culturas ágrafas e culturas letradas. As primeiras são classificadas como primitivas, enquanto que as segundas são denominadas intelectuais. Para além disso, nas culturas literárias ou letradas, os seus membros são, pela sua vez, denominados alfabetos ou analfabetos, conforme saibam ou não usar os signos árabes empregues para a escrita e para a leitura.

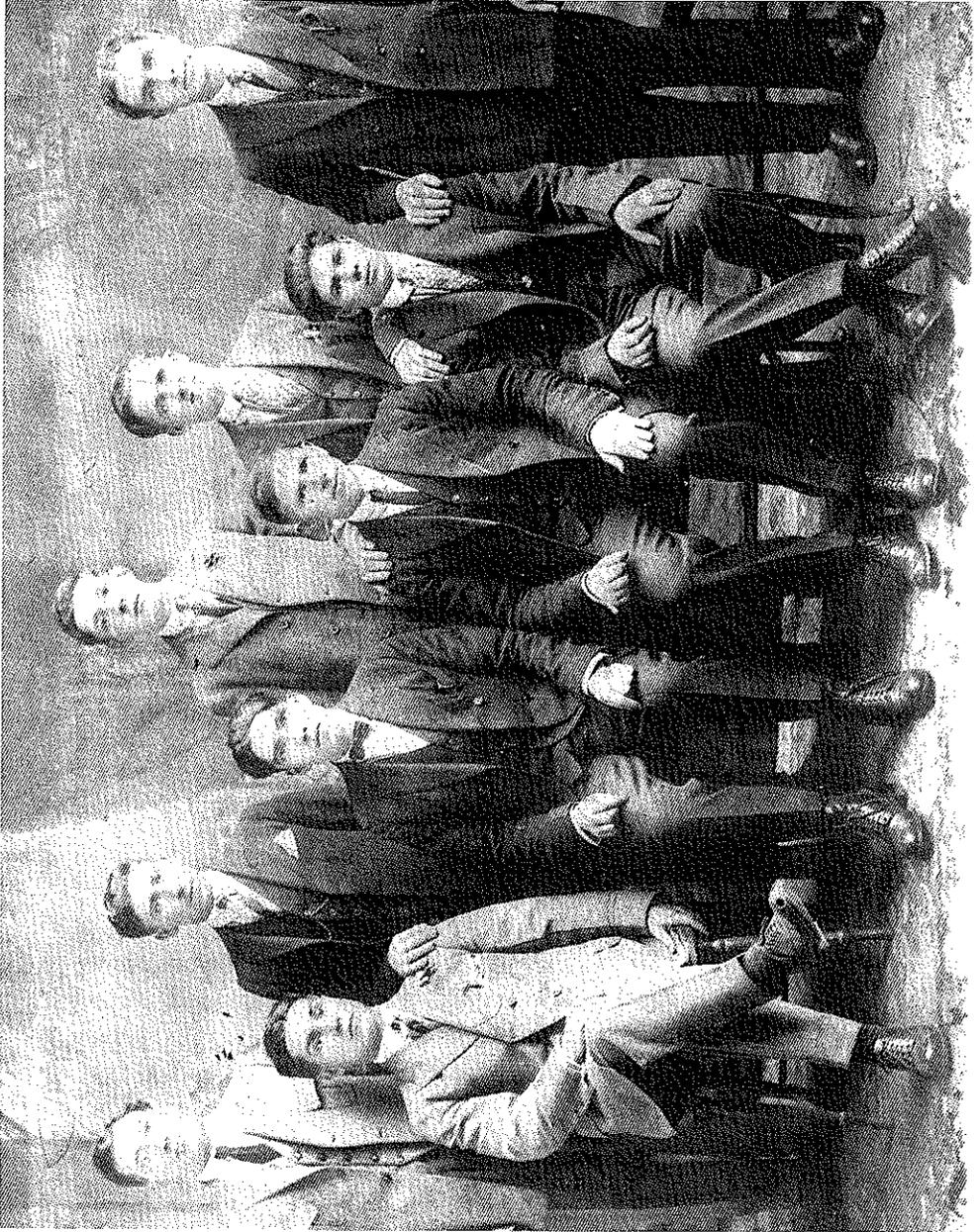
* Docente e Investigador do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

* Revisão do texto em português por Irene Cortesão

Escrita e leitura são utilizadas para memorizar e para lembrar a história local, a história contextual do local, e a dinâmica da interação social. Queria, ao expor esta definição tão sintética, lembrar ao leitor a importância desta dicotomia, que acaba por ser uma dicotomia etnocêntrica. Por outras palavras, ela está organizada em função do que o Ocidente determina como sendo as suas permissões e os seus tabus, os seus juízos, a sua ética e a sua estética. E, ao lembrar o conceito de estética, vem à minha própria memória formas alternativas de construir a memória social, como referi e defini noutros textos (ver bibliografia). Mas a escrita não é a única simbologia que permite guardar a memória dos factos, as genealogias, as dinâmicas e as proibições do interagir. Há também gestos, desenhos, roupas, expressões, monumentos, palavras, formas de expressão e outras, que servem o objectivo de delinear a conduta social. Porque, na verdade, é esta lembrança que um grupo guarda, que orienta a forma de agir, determina as diferenças entre gerações, hierarquias, épocas, o que pode ser feito e o que deve ser evitado.

O que determinará a forma como os indivíduos agem através do tempo, as diferenças que existem entre diferentes formas de agir de acordo com diferentes gerações, estratos sociais, recursos e crenças? Será que isto é determinado através da oralidade? Será que a oralidade não é escrita? Será a oralidade o conjunto de palavras através do qual as pessoas comunicam os seus objectivos, os seus parâmetros, em histórias ordenadamente acumuladas que denominamos mitos? Ou será que estas diferentes formas de agir são determinadas pelos afazeres disciplinados, que denominamos de ritos e trabalho? Tenho já escrito e discutido muitas vezes sobre este assunto, pelo que sinto dever deixar agora espaço para os outros falarem. Pessoalmente interessa-me aprofundar o conhecimento sobre outros meios de guardar a memória, procurando alternativas, outros mecanismos utilizados para recordar que levam as pessoas a considerar a escrita e a oralidade como formas irrelevantes de saber como conhecer o comportamento dos outros. Foi o que me aconteceu quando, no antigo lugar de Gondoriz Pequeno, um dos 14 lugares da aldeia galega de Vilatuxe, encontrei um dia uma velha e destroçada fotografia, que me levou tempo a fazer falar.

EDUCAÇÃO
SOCIEDADE & CULTURAS



2. A fotografia

O rectângulo amarelado e partido em vários sítios, mostrava nove homens, todos eles de fato, gravata e penteado dos anos 20, todos eles, sem bigode nem barba. Dos nove, quatro estavam sentados em cadeiras e cinco estavam em pé, com as suas mãos nos ombros dos homens sentados. Por detrás do conjunto, consegui distinguir, depois de, na vila mais próxima, ter feito a fotografia com técnicas modernas, paisagens observáveis das janelas, um leito de estilo barroco e uma porta. O desenho estava feito em cortinas usadas como *cenário* do conjunto de pessoas. Não existia sinal nenhum que permitisse saber qual era o lugar onde fora tirada a fotografia. Mas parecia ser o retrato de pessoas que se tinham vestido especialmente para mostrar bem estar, prosperidade, serenidade e solidariedade entre elas. Não era fácil, para um homem de finais do Séc. XX, adivinhar as idades dos nove: o começo do Séc. XX uniformizava as pessoas na capacidade de trabalhar, fazendo com que o conjunto parecesse uma turma da mesma geração. Uma leitura mais prolongada da fotografia, revelou que nem todos os homens de pé, tinham as suas mãos pousadas nos ombros dos outros. O mais forte, a olhar para a objectiva, tinha os dois braços a pender ao longo do corpo, em repouso, enquanto que o seguinte pousava a sua mão direita no ombro esquerdo do homem da cadeira em frente a ele. A seguir, sentado, um dos senhores olhava também só para a objectiva da câmara, enquanto que o mais, alto de pé, pousava a sua mão esquerda no ombro direito do sentado na terceira cadeira. O quarto dos homens sentados, tinha, em cada ombro, as mãos pousadas dos outros dois que estavam atrás dele, em pé. Esta forma de contacto, assim como roupas, os penteados, as caras sérias e olhares vivos, são um símbolo. Mas será possível ler esse símbolo, sem conhecer quer a identidade de todos, quer o contexto dessa identidade? Porque é que essa fotografia estava na casa de Gondoriz Pequeno, essa aldeia que governou Vilatuxe durante séculos com os Condes de Lemos e Duques de Alba, precisamente no mesmo Paço no qual tinham vivido os gestores (os *cabezuleiros*) da dita família? Fora tirada na aldeia pequena e senhorial, bem guardada do vento, chuva e neve, pelas outras aldeias próximas (São Lourenço, Carretera, Varela, Barciela e Torse)? Nem a alcatifa, nem as figuras das janelas da decoração, pareciam de ambientes rurais; nem o barroco dos arcos das ditas

janelas e portas, pareciam os interiores de pedra e madeira que constituem a arquitectura galega rural e urbana dos anos 20. Eu, estrangeiro a passar dos meus 25 anos de estudo de Vilatuxe, sabia-o. Com a mente furiosamente picada pela curiosidade cartesiana, resolvi investigar o problema

3. A redenção

Não da alma e do corpo no final do século! Mas sim, da alma e do corpo que lutaram por encontrar um certo sossego, uma certa calma no uso do corpo e com o risco da alma. Já em 1813, Fernando VII de Castilla e Espanha, por meio da constituição do dito ano, tinha retirado a vassalagem (ou união da pessoa que trabalhava a terra, com senhorio do proprietário de raiz), através do Direito Sigótico que vigorava na Espanha e a Galiza. Para usufruir do dito Direito, o trabalhador da terra devia entregar uma parte alíquota da produção à casa proprietária: Vilatuxe. Até hoje – 1997 – a família de Lemos e de Alba, moram lá (desde o Séc. XIII os Lemos, a partir do Séc. XIV os Lemos e Alba, feitos hoje uma só família). Foi no Domingo, 20 de Setembro de 1870, que a freguesia de Vilatuxe, comandada pelo trabalhador rural de São Lourenço, José Ferradas, tinha corrido com a Guarda Civil, que tinha vindo exigir o pagamento do imposto ao Consumo, imposto que Isabel II tinha criado em 1868 para substituir o de capitação ou subordinação senhorial. O povo de toda a Espanha, durante esta Iª República sem senhores, produzia para consumo próprio. A casa de Lemos e Alba contra-atacou e conseguiu manter a enfiteuse, isto é, a entrega de terra paga por meio do produto, imposto que os sindicatos de Vilatuxe e outros, já em 1914 não pagavam. Em 1926, extinta outra vez a monarquia, passaram a poder comprar para si as terras – o direito de raiz e o direito de melhora, isto é, a capacidade para ter. Ou seja, as pessoas da terra, tinham o direito, mas não havia o dinheiro para pagar, ou para trocar ou comprar – e é assim que nasce a herança e as transferências, bem como as possibilidades de adquirir baldios, que ninguém trabalhava anteriormente. A Lei da Abolição dos foros que a Monarquia Barbónica Restaurada utilizou para se salvar de uma 2ª República, conseguiu somente a saída rápida e precoce, de homens que poderiam adquirir terras individualmente, ou em família. E é assim

que um conjunto de vizinhos, naturais dos sítios acima referidos, saiu e foi para terras que alugavam trabalho humano por pouco dinheiro. E foi para uma dessas terras que o grupo da fotografia viajou. As minas de carvão e de alumínio de New York, acolheram o grupo que, por motivos diversos, emigrou. E emigrou em conjunto, por motivos diversificados, embora esse grupo, estivesse ligado pela genealogia.

4. O grupo

Eis o símbolo das mãos. Eis o símbolo da foto, que foi enviada às famílias. Os braços direitos ao longo do corpo, significam, ao contrário das mãos nos ombros, uma ligação familiar consanguínea ou legal. No entanto, como se podia saber quem era quem? E quem podia saber? O velho paço rural, não podia ler a foto, porque a proprietária era viúva recente do filho do homem da foto. Ela conhecia o seu sogro, mas nada sabia sobre os outros. E o mais alto foi identificado como Guilherme Arca Ramos (1898-1960), pai de Guilherme Arca filho, que conhecia bem a fotografia, mas cuja memória se tinha recentemente apagado com a sua vida (1991). A sua mão esquerda estava pousada no ombro direito de um outro, um Eduardo Ramos. Eduardo Ferradas de São Lourenço que podia ser quer o pai, quer o filho. E ninguém sabia. Foi por isto que tive que ler a memória e a lembrança de parentes, vizinhos e amigos, que não conheciam a foto. Fui falar com a filha de Guilherme Arca, Neves Arca, que não teve dúvidas de que se tratava do filho porque era demasiado novo para ser seu tio. Porque Eduardo Ferradas, se fosse Gonzalez, era parente do seu pai, era seu tio; se fosse Ramos, era primo dela e do seu marido, e parente do seu pai.

Li outras fotografias de Eduardo, falei com os seus contemporâneos ainda com memória, como Pedro Quistora de 91 anos, viúvo da irmã do dito Eduardo filho, a tia Filomena, essa que foi a minha querida amiga a quem tirei a última fotografia; e falei com o irmão do Eduardo filho, o meu Manolo, que com seus 92 anos, guardou a melhor memória de Vilatuxe. Todos afirmaram: «Não, o Eduardo filho nunca foi a USA, e morreu tuberculoso na guerra civil. Aliás, estava no Seminário porque ia ser padre». A última prova, foi dada por Sofia, a filha de 86 anos. Estava, à tardinha, sentada na sua cadeira. Fui ter com

ela com um sorriso, e de repente, mostrei-lhe a foto. Nesse momento ela disse «Ai! o meu pai!» e tornou a perder a memória, e chorou e chorou. Para comprovar, falei com um médico que me disse que os afectos emergem quando se vê a imagem do real, que era da sua infância. Falei ainda com a sua irmã Manuela de 78 bons anos. Li a foto ainda com mais atenção e reparei que o cabelo dele, era muito curto e disfarçava o começo da falta de cabelo. Como se pode ver na fotografia, Eduardo está unido ao seu parente Arca, ao pé do seu irmão Ramiro, que tem a mão do seu tio Angel e a do seu irmão Celestino. Do mesmo modo, Eládio Fernandes (ainda vivo com 98 anos) coloca a mão no braço do seu cunhado Moisés.

A foto está ordenada por parentesco e há uma diversidade de idades, desde os 20 anos do Eládio, aos 40 do José António Meleda; esse homem de braços ao longo do corpo, que fez o seu filho Hermínio, meu amigo e hóspede, voltar em 1927. Todos eles queriam comprar as suas terras, conforme a nova lei, e mostrar à família como estavam bem, como estavam solidários e amigos nesse estranho país, cuja língua nunca conseguiram entender. Foi a memória e lembrança do Hermínio Medela e a leitura das outras fotos, que me permitiu a leitura desta

5. A comunicação

A recordação de Hermínio Medela Tain

Foi esse homem justo e de bem que ouviu do seu pai José António, a história de ter ido para os USA para comprar os campos herdados da sua irmã Filomena. Ela tinha casado em Castro, outro lugar da Paróquia, e não lhe convinha ter terras longe para trabalhar. José António trabalhou nas minas de carvão de New York, juntou dinheiro durante anos, e pode pagar a herança de Filomena tornando a juntar as herdades, que ficaram contíguas permitindo a criação e treinos de cavalos. Este fora já o trabalho de seu pai Manuel, e o pai do pai Manuel, Don Benito Medela e Tavoada, advogado pela Real Universidade de Compostela em 1816, filho e neto de advogados, todos eles parentes afastados da Casa de Lemos e Alba e gestores da mesma em Vilatuxe. Esta situação acabou em 1913, quando, com o absolutismo acabou o neoliberalismo, e os parentes afastados passam de gerir, a trabalhar as terras. Assim

sendo, os cavalos já não serviam para passear ou transportar de um sítio para o outro e observar os trabalhos. Serviam, antes, para arar, para vender, para procriar, para manter uma relação recíproca de entreajuda. A Constituição de 1813 em Espanha, acaba com direitos, muda os costumes e tira o tempo da leitura e necessidade de comprar e guardar livros. Cinco gerações de advogados, entre 1680 a 1816, formaram uma linguagem e um entendimento, cuja lógica se mantém, quer no conteúdo, quer nas palavras da conversa, quer ainda, nos hábitos de comensalismo e de disciplina de vida. Mas as coisas começam a mudar lentamente: a filha de Don Benito Medelo tem dois filhos de um advogado seu parente especialista em Direito Canónico. E a história reza que os fez com um cura (Canónico, Cânones, religião, Don = Padre). Filhos estes, que têm filhos fora do matrimónio, sem vinculação do património, até que Hermínio tem filhos de uma camponesa, a querida mamã Esperanza, e passa de usar cavalo para ir a festas, para o usar para arar e ganhar a vida na terra própria, ou aluga-lo ao jornal, ou para troca-lo dentro de grupos. Toda esta história me foi suscitada pela lembrança da histórica fotografia; essa que durante meses, este ano e o ano passado manteve Vilatuxe a falar e parar para recordar. A comunicação fez descobrir que o último sobrevivente do grupo, Eládio, o de 22 anos em 1920, faz hoje 99 anos, e não 108 como diz o bilhete de identidade e o registo Civil (onde trocaram 1898 para 1889 na data de nascimento); mas que, há 25 anos, quando ajudei a conseguir a sua reforma não o sabiam nem o podiam provar. É a foto do ano 1920, de toda a sua família um mês antes da morte de sua mãe por acidente, foto, na qual ele não está por estar no Estados Unidos, que permite perceber o engano. Engano do qual ele nada percebe por a sua mente estar já fora da história, mas que diminui o orgulho dos seus descendentes, Eduardo, Ramiro e Hermínio, preparados como estavam para a sua festa dos seus 108 anos.

6. O trabalho

Eduardo Ferradás, Ramon Ferradás e Hermínio Dobarro

Foram estes que, por necessidade de mais uns tostões, aceitaram romper o contrato de trabalho que permitira a sua entrada nos USA, trocando-o por um

contrato nas minas de alumínio. Os outros seis dizem que o pó do alumínio causa doença, e que é por isso que só emigrantes trabalham aí e não americanos brancos. Mas os três não prestam atenção a estas advertências, ganham lá o seu dinheiro, e voltam já doentes, a Vilatuxe em 1925 – data que me foi possível fixar através do passaporte de Celestina Ramos, do nascimento dos filhos de José António Moisés, do matrimónio de Eládio, e do certificado de óbito de todos eles três. Data que identifico pelo matrimónio de Angel Fernandez Vilar – matrimónio sem dinheiro – e pelo nascimento do primeiro filho. Também fixei a data de nascimento de um filho de um deles na sua ausência, rejeitado pelo pai ausente; e o assassinato do Angelito em 1935, quando tentava fazer produzir as terras da sua mulher, tentativa para a qual faz um acordo com o seu compadre que, também na Balagosa, trabalhava as terras da sua mulher. Ambas não gostaram do convénio entre os homens, e, porque não era permitido por costume social as mulheres agredirem-se, fizeram lutar os maridos: Angel morreu e António fugiu para a Argentina. Não havia lei de extradição, facto sabido e usado por muitos que iam para essa Argentina sem aliados na Europa. Este conhecimento é fruto da oralidade que passa a ser lei do comportamento quando é conveniente para a cultura letrada, quer se entenda ou não o seu conteúdo. Conteúdos que não se conhecem porque convénios internacionais também mal se conhecem. Igualmente não se sabe que o alumínio causa silicose, e assim pensa-se que a doença que matou em poucas semanas os três, Eduardo, Ramiro e Hermínio, é a conhecida tuberculose. E sendo essa tuberculose hereditária, e pensa-se que o último filho que fica nas entranhas de Vincenta sua mulher, deveria morrer também da mesma doença ao nascer. É o que me conta Manuela, uma excelente memória nos seus 70 e muitos anos, mas com uma observação reduzida pois que com 7 anos na altura, pouco vê e entende da fotografia. A Dona Manuela lembrava-se com detalhe da doença do pai e da sua morte: o acontecimento mais importante da sua vida de criança.

O trabalho, de forma geral acontece longe para todas as famílias, não se sabendo bem onde. Nem se entende de onde é que a foto vem. Tive que procurar em baús, cartas, passaportes, livros de óbitos, na memória dos velhos mais novos, e no contexto histórico neoliberal do Séc XIX, para saber o abecedário e ler a foto. Juntei-a com outras fotos e, cruzadas as 34 que reconstruí, substituíram o alfabeto árabe e deram-me o de Vilatuxe. Pelo menos por enquanto.

7. Conclusão

Ainda não tenho uma Aliás, estou a suprimir informação da muita a que tive acesso, porque escrevo em Espanha, que hoje precisa da escrita e da leitura para gerir como empresa o que foi o lar de que falei Administrada por um dos descendentes do (até Maaschtricht) denominado proprietário, e que agora, aos 50 anos, foi incentivado a reformar-se; aos 40 anos, foi incentivado a aceitar uma pensão por invalidez, e a demonstrar, através de factos, que tinha descendência suficiente e capacitada para continuar a empresa Pais que falam uma língua – o galego – que não é a que governa – o Castelhana –, por um governo que orienta sua tutela por um soberano permanente, que assina Juan Carlos, El Rey Um Estado que fomenta sindicatos de proprietários únicos de terra, onde o lar – la casa – não figura, onde o investimento não é a terra comprada ou o trabalho doméstico, nem as crianças que nascem, os litros estabelecidos como mínimos e máximos de leite que são mugidos por mês, as maquinarias que se devem comprar E ainda, animais que têm uma genealogia e são tratados por técnicos do Governo, tractores que obrigam a juntar e trocar terras para abrir vias de trânsito para as máquinas, para a água e para os rebanhos E a Escola, orgulhosa da autonomia, ensina Rosalia, Castelão, a língua velha A concorrência surge não entre bancos, economia, créditos, família solidária e colaboradora, mas sim entre irmãos O Código Civil e a Constituição passaram para segundo plano e a empresa é de um filho jovem casado e com filhos, ou da mulher, enquanto os pais trabalham sem mais autoridade do que orientar o saber e guiar com perigo, os tractores obrigatórios Angel Eduardo Herminio Ramon, morreram entre os 26-35 anos, enquanto percebiam qual era o seu objectivo de vida Todos os filhos que tinham, eram para o grupo de trabalho que os obrigava a juntar dinheiro para unir propriedades quando havia herança Hoje, a herança é inútil: os irmãos são médicos, advogados, electro-técnicos, arquitectos e comerciantes Enquanto parte da família entende o real pelos modelos experimentais, um deles entende pela experiência e pelo desespero de não poder ler o Castelhana, ou de entender o galego, que definem os seus objectivos de vida Porque a língua que se ensina, nada tem a ver com o trabalho e o seu contexto Por enquanto Na época da foto, quase não iam à escola; nem escola havia que não fosse o trabalho do lar, trabalho esse que se

aprendia com os adultos e na prática. A fotografia é que permite ler para entender essa época, e para orientar o investigador em direcção às pessoas e aos textos e arquivos. É a oralidade universal, em debate, que define a memória das normas éticas que a lei da empresa nunca soube dar, mas que solicita: há mais católicos, mais matrimónios, mais rituais e disciplina, mais suicídios.

8. Textos

Há um conjunto de materiais, distribuídos pelos diferentes sítios do País Galego, que permitiram a reconstrução breve da história que analisei. Há também, a clássica bibliografia de outros autores, que espero comentar mais à frente, bem como o livro prometido à Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Sociologia e Ciências Políticas: espero que esse texto passe a ser a continuação dos vários outros sobre a Galiza que publiquei em vários sítios. Entretanto, desejava que o leitor pudesse perceber as minhas fontes para entender como ler a fotografia, e assim saber que há mais do que a simples escrita e oralidade, que já citara no começo deste texto. Por exemplo, entre outros, a fotografia e o estudo do seu alfabeto obrigou-me a ler de forma convencional os *Livros de Nascimento, Matrimónio e Óbito*, 1760-1860, Bispado de Lugo; *Livros de Nascimento, Matrimónio e Óbito*, 1700-1860, Bispado de Ourense; *Livros de Nascimento, Matrimónio e Óbito*, 1870-1997, Registo Civil de Lalin; *Livros de Nascimento, Matrimónio e Óbito*, 1860-1997, Paróquia de Vilatuxe; *Genealogias das famílias de Vilatuxe*, 1700-1997, reconstruídas por mim; *Recenseamento da população de Vilatuxe*, 1964-1997, circulação de pessoas, trabalho, estudos; *Arquivo da Guarda Civil de Pontevedra*, Lalin, 1870-1997; *Entrevistas Vídeo – feitas aos jovens de 28, 29, 30 e 31 anos*, 1997, a infância de 1970; *Entrevistas e Actividades Vídeo – feitas a Hermínio Medela Tain*, 1997; *Entrevistas Vídeo – feitas à família Medela*, 1997; *Fotografias feitas por mim 1973-1975*, às famílias de Vilatuxe; *Fotografias feitas por mim*, em 1996-1997, às famílias de Vilatuxe; *Fotografias recolhidas entre as famílias de Vilatuxe*, 1920-1997; *Relatório de perguntas e respostas entre a Casa de Lemos-Alba e a população de Vilatuxe*, 1760; *Textos escolares* entre 1969-1997; (Séculos XVI-XX) *La Casa de Alba*, 1996, Maria Jesus Baz Vicente, Edit. Ministério da

Agricultura – Pesca y Alimentacion, Madrid; *Antropologia Económica de la Galiza Rural*, (1976) 1988, Raúl Iturra, Xunta da Galiza «Ya hago lo que la memoria social indica: para una antropologia de la memoria rural gallega», *Enciclopedia Galega*, Edit Hérculos, A Corunha, 1996; *Real Decreto 204/1996 sobre medidas para mejoras estructurales y modernizacion de las exploraciones agrarias*.

Eis os documentos que estudei para entender a interacção dos homens da fotografia e os seus parentes. A teoria é retirada da minha observação participante da aldeia entre 1996 e 1997; o convívio quotidiano com a família Medela, casa que me acolheu e que já, 25 anos antes, me ensinara Vilatuxe, Galicia, Espanha – a minha casa

Também utilizei ideias retiradas ou desenvolvidas entre vários textos meus – pelo menos três – editados em Portugal: *A construção social do insucesso escolar*, Lisboa: Escher, 1990; *A religião como teoria da reprodução social*, Lisboa: Escher, 1991; e «Eu sou homem e obedeço; tu és mulher e mandas» que Luis Souta teve a amabilidade de publicar na sua revista *Educação e Ensino*, Junho, 1996; um debate meu sobre literacia, esse novo conceito para a escrita e para a oralidade, tema que desenvolvo também em *Novos Modos de ser Novo e de Ser Velho*, Oeiras, Livro de Actas, 1996, bem como em «Yo soy hombre e mando, tu eres mujer y calas. La inferioridad de la mujer socialmente construída en la infancia», na Revista de SPAE, Porto, 1996: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 36, 1996; e no livro que editamos com Vitor Oliveira Jorge, no Porto, Ed Afrontamento, 1996: *Recuperar o espanto o olhar da Antropologia*, no qual vários debatemos modelos analíticos. No entanto, consignei a minha base analítica no meu «A escrita e a oralidade: a genealogia na reconstrução do passado», publicada na *História y Crítica*, Compostela, 1991. Devo confessar que, sem os seguintes textos, fruto do meu saber dos debates que com os autores tive, não teria avançado da Clássica Antropologia que aprendi com os filhos de Malinowski – filhos intelectuais, sem dúvida; e por ordem de impacto em mim: Steve Stoer, *Diário de Notícias*, de 19 de Abril de 1992, «Construção Social do Insucesso Escolar»; e *Diário de Notícias* de 21 de Junho de 1992, «A realidade Escolar em Ambiente Rural», duas críticas que, em conjunto com as de Luiza Cortesão (cuja obra, com a de Steve Stoer, é largamente conhecida), empurrar-me-iam para continuar pela via da Antropologia Social da Educação,

tema que tenho desenvolvido e criado em Portugal. Tema esse para o qual o meu amigo Paulo Freire me orientou em 1963; Jack Goody em 1973, e Maurice Godelier, desde 1974, e que tiveram como fruto a obra dos que eu denomino os meus discípulos, de larga obra, textos próprios publicados, e alguns deles comigo em *O Saber das Crianças*, ICE, 1996: Amélia Frazão Moreira, Filipe Reis, Paulo Raposo, Ricardo Vieira, porque Berta Nunes fez sozinha o seu *O saber Médico do Povo*, Fim do século, 1997; Ieresa Joaquim no seu *Menina e Moça*; e os senhores Professores Doutores Miguel Vale de Almeida, Fim do Século, *Senhores de Si*, 1996, e Graça Cordeiro, na Dom Quixote, ficarão autónomos como a geração manda. Ligados por prefácios, e comentários à sua obra, Telmo Caria, David Martins López (Jain), José Maria Valcuende (Sevilla), José Maria Cardesin (Coruña), Beatriz Ruiz (Madrid). Com todos eles aprendi e rejuvenesci e agradeço a eterna companhia, essa de Luis Silva Pereira que estudou no Chile, Pedro Prista no Algarve, companhias de apoio ao velho professor.

10. Epílogo

Sem dúvida que a oralidade e a escrita, formam um conjunto de factos, que envolvem signos, símbolos, lembranças, actividades, afectividades e, essencialmente, comunicação. Uma comunicação continuada, que mostra ao outro o quanto está presente em nós. A identidade em si, não é a oposição do Eu com o Outro: é, antes, a união do Eu com Outro, a influência do Outro no Eu, e a compreensão, respeito e companhia que esse Eu faz a esse Outro, a todos os Outros. Às vezes com amor, às vezes com raiva, às vezes com distância, e com intimidade. A oralidade e a escrita expressas na lógica, na sintaxe e no alfabeto da interacção definida no tempo conjuntural, manifestam-se de forma ricamente simultânea em símbolos sociais, dentro de grupos de indivíduos que se acompanharam no dia a dia. É verdade que todo o Estado, toda a Etnia deseja universalizar essa comunicação e salienta, etnocentricamente um modelo: o mito, no oral; o alfabeto, na escrita. Mas, deste modelo central fogem depois todos, para serem capazes de ficar unidos – ou tabuados. A sociedade não é branco ou preto, letras ou palávias. É a construção simbólica que os interdependentes fazem durante a sua vida, para exprimir o saber que a emotividade

manda comunicar. Eis porquê, na foto estudada, esses homens que o contexto histórico-económico manda ir para fora, mostram às suas famílias a união intradoméstica, ao passarem as mãos nos ombros dos consanguíneos e parentes legais. É esta a minha conclusão para falar das formas em que se exprimem as pessoas. Dividir em branco e preto o grupo social, já acabou, nunca tinha existido. Foi um modelo de intelectuais etnocêntricos, que não percebiam as centenas de alfabetos que a interacção impõe. Se assim não fosse, como poderíamos explicar o facto de haver oralidades onde 70% das palavras são metáforas e termos populares denominados «disparates» ou «tacos» (palavrões)?

Se é assim que se diz, é porque a palavra e o gesto transmitem sentimento, ternura, distância talvez; e a escrita, cria um afastamento entre o que eu penso e o que eu sinto; onde, no entanto, está presente o Outro no Eu. Eis que há Cervantes, Lopes de Vega, Rosalia, Wilde, Camões, Marquez, Allende e outros. Para poucos entenderem. E eis que há, durante cinco anos, uma troca de fotografias entre New York e Vilatuxe fotografias essas que tive a sorte de coleccionar em cópias feitas para mim pelos técnicos. Fotografias que me foram explicadas por Hermínio e a sua filha, a minha fiel colaboradora, Pilar Medela de Batón.

Londeiron, Vilatuxe, 15 1997

Correspondência Raúl Iturra, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Avenida das Forças Armadas, 1600 Lisboa